



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570431 - SC (2020/0079179-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JEFFERSON ERIC ANDRE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEFFERSON ERIC ANDRE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no Agravo em Execução Penal n.º 0019136-59.2019.8.24.0038.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais deferiu o pedido de saída antecipada do Paciente do regime semiaberto para a prisão domiciliar, com fundamento no entendimento consolidado na Súmula Vinculante n.º 56 do Supremo Tribunal Federal.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, que foi provido pela Corte de origem, em acórdão assim ementado (fl. 108):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – DECISÃO QUE DEFERE O BENEFÍCIO DE SAÍDA ANTECIPADA E DA PRISÃO DOMICILIAR AO REEDUCANDO QUE CUMPRE PENA EM REGIME SEMIABERTO.

RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

PRETENDIDA REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO – REEDUCANDO QUE RESGATA PENA EM REGIME SEMIABERTO NA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE – ESTABELECIMENTO QUE CONTÉM ESPAÇO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AOS PRESOS EM REGIME SEMIABERTO, ENQUADRANDO-SE NO CONCEITO DE ESTABELECIMENTO PENAL SIMILAR – ADEMAIS, ORDEM TEMPORAL DE PROGRESSÃO NÃO RESPEITADA – INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA VINCULANTE N. 56.

A ausência de vagas para o cumprimento da pena no regime semiaberto não implica, automaticamente, o deferimento da transferência para o regime aberto ou para a prisão domiciliar. Sendo respeitados os direitos do reeducando inerentes ao regime semiaberto, é possível o resgate da reprimenda em "estabelecimento adequado", ainda que diverso daquele previsto em lei.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO"

Neste *habeas corpus*, a Defensoria Pública de Santa Catarina sustenta, em síntese, a

ilegalidade do acórdão impugnado, sobretudo porque *"o Magistrado de primeiro grau, que lida diariamente com a execução penal de Joinville e faz visitas periódicas ao estabelecimento prisional, reconheceu a inadequação do Penitenciária Industrial de Joinville para o cumprimento de pena do regime semiaberto"* (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da *"decisão de 1.º grau"* com o reconhecimento do *"direito do Paciente ao cumprimento da reprimenda em prisão domiciliar ou em regime aberto sem recolhimento, enquanto aguarda vaga no sistema carcerário estadual em regime semiaberto ou até julgamento do writ"* (fl. 10).

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, pois a Corte de origem consignou o seguinte (fls. 121-123):

"Ou seja, a ausência de vagas para o cumprimento da pena no regime semiaberto não implica, obrigatoriamente, a progressão antecipada ou o deferimento da prisão domiciliar. Afinal, a nomenclatura do estabelecimento não autoriza, por si só, a procedência dos pedidos: antes deve-se averiguar a (in)adequação do local e o (des)respeito aos direitos básicos do apenado.

No caso, não há razões suficientes para a excepcional colocação do reeducando em regime aberto ou em prisão domiciliar, conforme as recomendações do julgado paradigmático.

Isso porque o apenado encontra-se cumprindo pena na Penitenciária Industrial de Joinville, a qual detém espaço destinado exclusivamente aos presos em regime semiaberto, com menor vigilância, enquadrando-se no conceito de estabelecimento penal similar

[...]

Vale ainda mencionar, no que diz respeito às oportunidades de trabalho, nada constar nos autos a respeito de que está sendo negada oportunidade de laborar ao detento, ou seja, não há notícia no curso do processo no sentido de não ter sido disponibilizado trabalho ao apenado. Afora isso, é cediço que a região de Joinville cedia um dos maiores parques industriais deste Estado, o que favorece a celebração de convênios para trabalho externo aos detentos em cumprimento de pena no regime semiaberto.

De mais a mais, tal como mencionou o Ministério Público (fl. 410 do PEC), não houve observância da ordem preferencial de progressão antecipada, tal como exige a Súmula Vinculante. Isso porque, segundo atestado no ofício de n. 3377/2019, expedido pelo diretor do estabelecimento (fls. 51-59 dos autos 0015103-26.2019.8.24.0038), há 121 apenados que, em tese, tem direito a progredir ao regime aberto em data anterior a do ora apenado"

Em princípio, o entendimento exposto no acórdão atacado parece não divergir da jurisprudência desta Corte, fixada no sentido de que, *"na ausência de vaga em estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semiaberto, o resgate da reprimenda em local similar, garantidos os benefícios próprios do modo intermediário, não configura constrangimento ilegal, pois o apenado não se encontra sujeito a regime mais gravoso"* (AgRg no HC 379.324/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017).

A propósito:

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PACIENTE EM REGIME SEMIABERTO. PRISÃO DOMICILIAR. PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DA COMARCA DE JOINVILLE/SC. COMPATIBILIDADE. OFENSA À SÚMULA VINCULANTE 56 DO STF. NÃO OCORRÊNCIA. PRISÃO DOMICILIAR COMO PRIMEIRA OPÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que, em caso de falta de vaga em estabelecimento prisional adequado ao cumprimento da pena ou de sua precariedade ou superlotação, deve-se conceder ao apenado, em caráter excepcional, o cumprimento da pena em regime aberto ou, na falta de vaga em casa de albergado, em regime domiciliar, até o surgimento de vagas.

2. O Supremo Tribunal Federal, nos termos da Súmula Vinculante n. 56, entende que *"a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS"*.

3. Os parâmetros mencionados na citada súmula são: a) a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso; b) os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para verificar se são adequados a tais regimes, sendo aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como colônia agrícola, industrial (regime semiaberto), casa de albergado ou estabelecimento adequado - regime aberto - (art. 33, § 1º, alíneas "b" e "c"); c) no caso de haver déficit de vagas, deverão determinar: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao preso que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto; e d) até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.

4. A Terceira Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 993), da relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, assim delimitou a controvérsia: *"(im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS"*.

5. Na hipótese, o apenado não se encontra sujeito a regime mais rigoroso, já que, segundo bem salientado pelo Tribunal a quo, embora a Penitenciária Industrial de Joinville não seja propriamente dita uma colônia agrícola ou industrial (LEP, art. 91 e CP, art. 35, §1º), enquadra-se no conceito legal de estabelecimento prisional similar.

6. Ademais, para verificar se a instalação na qual o paciente está recolhido

é inadequada para pacientes condenados ao regime semiaberto seria imprescindível adentrar o conjunto fático-probatório dos autos, sendo isso um procedimento incompatível com a estreita via do writ.

7. Agravo regimental não provido. "(AgRg no HC 529.615/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 16/12/2019; sem grifos no original).

Outrossim, alterar o entendimento adotado pelo Juízo de primeira instância, no tocante às conclusões firmadas acerca das condições atinentes ao recolhimento, conforme veiculado nas razões do *writ*, demandaria, necessariamente, a análise de matéria fático-probatória, o que não se revela compatível com a via estreita do *habeas corpus*.

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo da Execução Penal, por meio das quais deverão constar esclarecimentos reputados úteis à compreensão da controvérsia, **sobretudo acerca do local onde o Apenado cumpre sua reprimenda.**

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora